



# OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº 56 | JUNHO 2024 >>>



Foto: Michael Dantas / Idesam

[www.observatoriobr319.org.br](http://www.observatoriobr319.org.br)



# 1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

## Como navegar?

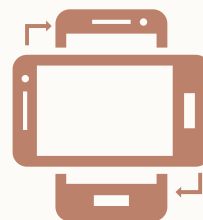
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

## 2. Links/Hyperlinks

[www.observatoriobr319.com.br](http://www.observatoriobr319.com.br)

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

## 4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

## 3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

# ≡ Nesta Edição

## 4 Editorial

### 5 Destaque do Mês

- Relatório do GT BR-319 do Ministério dos Transportes não apresenta ações para a criação de plano contra impactos ambientais de obras na rodovia

### 10 Interior em Foco

- Jovens indígenas de Tapauá criam organização para fortalecer legado ancestral e conservação da Amazônia

### 12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

### 17 Diálogos da BR-319

- MPF recomenda a anulação do acordo entre Ufam e a empresa Potássio do Brasil por irregularidades em projeto ambiental em Autazes

### 19 Ciência

- Pesquisadores realizam expedições científicas para estudar os peixes de igarapés da BR-319

### 21 Minuto BR



# Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.



Marina Souza Salviati

★ 21/01/1992

† 28/06/2024

Junho de 2024 ficará marcado como um dos períodos mais tristes da história do Observatório BR-319 por causa da morte precoce da jornalista Marina Souza Salviati, analista de comunicação da WCS Brasil e comunicadora da rede. Desde sempre, ela desenvolveu um excelente trabalho que deu visibilidade e fortaleceu ações socioambientais em território do Interflúvio Madeira-Purus. Para além de uma profissional destacada, Marina também era uma pessoa humana, gentil e sensível, que contagiava a todos e todas com que convivia com seu temperamento espirituoso, generoso e afável. As organizações membro lamentam profundamente o ocorrido e fazem votos de que o coração de todos os seus familiares e amigos seja confortado neste momento de dor. Esta edição é dedicada à memória de Marina.

No Destaque do Mês, falamos sobre a nota de posicionamento que produzimos com dois coletivos que, assim como nós, defendem que o processo de tomada de decisões sobre a BR-319 em acordo com a legislação ambiental brasileira e que priorize um licenciamento ambiental inclusivo, com respeito aos direitos legais constituídos das populações impactadas pelo empreendimento, além de medidas que promovam a sustentabilidade socioambiental do Interflúvio Madeira-Purus.

Destacamos que não há por parte destas organizações qualquer intenção de impedir o desenvolvimento da região ou mesmo as obras da rodovia. O que se pede é o respeito à lei e aos mecanismos de consulta às populações atingidas, de modo que

a obra seja realizada em contexto de fortalecimento da governança ambiental na região. Leia a matéria e a nota completa.

A juventude indígena de Tapauá é a protagonista da seção Interior em Foco, pela iniciativa de se organizar para lutar coletivamente por direitos e engajar as novas gerações na questão indígena.

Na seção Ciência, temos a grande satisfação de apresentar um artigo inédito gentilmente cedido pela equipe do Laboratório de Ictiologia e Ordenamento Pesqueiro do Vale do Rio Madeira (Liop), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), por meio do professor Marcelo Rodrigues dos Anjos. O texto dá continuidade aos artigos que temos publicado sobre trabalhos científicos no Interflúvio Madeira-Purus.

A seção Diálogos da BR-319 fala sobre o último movimento do Ministério Público Federal (MPF) para defender os direitos sistematicamente violados de populações indígenas afetadas pelo projeto da Potássio do Brasil. A assunto está nesta seção porque é importante falarmos de projetos na área de influência da rodovia para além da repavimentação dela.

Não deixe de conferir o Minuto BR e os monitoramentos de desmatamento e focos de calor na rodovia.

**Fernanda Meirelles e Izabel Santos**

Secretaria Executiva do Observatório BR-319



**NOSSO FUTURO  
É ANCESTRAL**

# Destaque do Mês

# Relatório do GT BR-319 do Ministério dos Transportes não apresenta ações para a criação de plano contra impactos ambientais de obras na rodovia

No dia 11 de junho, o Ministério dos Transportes divulgou o relatório do Grupo de Trabalho (GT) BR-319, criado “com a finalidade de apresentar estudos e propostas que promovam a otimização da infraestrutura da rodovia, considerando os impactos socioambientais, a segurança viária e medidas de adaptação à mudança do clima no corredor de transporte de que faz parte a BR-319”.

No entanto, como já era de se esperar de uma iniciativa realizada sem a participação de órgãos ambientais e de representantes das populações que serão impactadas pelas obras da rodovia BR-319, o relatório não apresenta um planejamento operacional detalhado para enfrentar os impactos socioambientais com uma possível repavimentação da rodovia.



Foto: Thiago Iarelli / Ministério dos Transportes

Assim, o Observatório BR-319 (OBR-319) se uniu ao Observatório do Clima e o GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental, coletivos que, assim como o OBR-319, reúnem organizações da sociedade civil que acompanham o processo de licenciamento da BR-319 para se manifestar por meio de uma nota de posicionamento a respeito do relatório.

A nota foi divulgada no dia 21 de junho e reconhece a importância do relatório em relação às questões em torno das obras de recuperação da rodovia, assim como a abordagem de demandas defendidas há anos pela sociedade civil, como o respeito ao direito à consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas e comunidades tradicionais, além da ampliação do número de Terras Indígenas (TI) impactadas nos estudos exigidos pela licença prévia. Outro ponto positivo é a sugestão de criação de uma unidade gestora intergovernamental, para a cooperação integrada de órgãos federais e estaduais, que pode contribuir com a redução do desperdício de recursos públicos e da burocracia.

No entanto, a nota destaca que, liberar uma rodovia sabendo que não há governança ambiental na região, impactará negativamente ações relacionadas ao combate ao desmatamento e queimadas, à proteção de Unidades de Conservação (UC) e às mudanças climáticas, sem falar nos impactos aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

“Antes que se fale em repavimentação é preciso ter um plano

concreto e recursos que garantam a atuação fortalecida dos órgãos públicos para a devida gestão do território, garantindo a integridade ambiental e os direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. A realidade que vemos é que na região de influência da rodovia, não existem recursos suficientes nem para implementação e proteção das Unidades de Conservação já existentes. Estão passando o carro na frente dos bois, falando em rapavimentação antes de gestão, e já vimos que, na Amazônia, isso só resulta em destruição da floresta e problemas sociais”, afirmou a secretária-executiva do Observatório BR-319, Fernanda Meirelles.

As organizações que assinam a nota não são contra as obras na BR-319, mas defendem um processo decisório que respeite a legislação brasileira voltada para a proteção do meio ambiente e que priorize um licenciamento ambiental inclusivo, alinhado com os direitos das populações impactadas e com a sustentabilidade socioambiental do Interflúvio Madeira-Purus.

Para as organizações, repavimentar a rodovia sem levar em conta a falta de governança ambiental da região vai impactar negativamente ações de combate a queimadas, desmatamento, mudanças climáticas e proteção de áreas protegidas. Para isso, é necessário que o governo federal assegure recursos financeiros e humanos. A nota também enfatiza que a licença prévia concedida para obras no trecho do meio da BR-319 está judicializada e é nula, não por menos. Os problemas provocados pelas obras na rodovia estão postos há anos por meio dos riscos comprovados

à biodiversidade, no avanço e potencialização do desmatamento, na grilagem de terras públicas e outros, que foram ignorados na concessão de licença de pavimentação do trecho da rodovia.

“Não há como dar continuidade ao processo de licenciamento da reconstrução e pavimentação do trecho do meio da BR-319. A licença prévia concedida pelo governo Bolsonaro está eivada de nulidade. Atestou-se a viabilidade ambiental da obra sem qualquer garantia de controle do desmatamento e dos impactos so-

cioambientais, bem como sem a consulta prévia às comunidades locais”, alertou a coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo.

Outro ponto de crítica ao relatório é que o documento ignora pareceres e notas técnicas de órgãos competentes a respeito de assuntos socioambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sobre as graves consequências que o asfaltamento da BR-319 pode trazer



Foto: Puré Juma / Javara Pina



ao meio ambiente. Ao invés disso, o GT sustenta que a BR-319 é “ambientalmente viável”. O grupo também ignorou informações produzidas pela academia e sociedade civil que apontam preocupações ambientais, sociais e econômicas sobre os impactos da recuperação da rodovia.

“Se a opção é pela repavimentação da BR-319, o governo federal deve conduzir um planejamento operacional – com recursos, cronograma e capacidades institucionais – com ações efetivas para enfrentar os riscos e problemas existentes e criar condições efetivas de governança territorial”, destacou o membro da secretaria executiva do GT Infra, Brent Millikan. “Este plano deve incluir ações a serem iniciadas antes das obras, com metas claras, inclusive para servirem de ‘gatilho’ para o início das mesmas. Para avançar nesta direção, o atual GT BR-319 deveria ser ampliado para se tornar um comitê interministerial, envolvendo o comando do governo (Casa Civil/SG/PR) e órgãos chave como MMA/ICMBio/Ibama, MDA/Incra e MPI/Funai, Iphan/MinC – contando com espaço institucional para a participação de representantes da sociedade civil”, completou Millikan.

## PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A nota também destaca informações distorcidas no relatório sobre a ampla participação da sociedade civil e dos povos indígenas nas audiências públicas do GT BR-319. A mais grave é a de que um representante do povo indígena Parintintin teria re-



latado que são favoráveis à rodovia e que houve aprovação dos estudos, apresentados em audiências públicas como requisito para emissão da licença prévia. A informação é negada pela liderança Raimundo Parintintin, que participou da audiência, mas como coordenador-regional da Coordenação Regional Madeira, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

O relatório também afirma que não houve contribuições ou apontamentos por parte das organizações da sociedade civil convidadas para as audiências públicas a respeito das obras na BR-319; porém, o convite às organizações foi feito em cima da hora, impossibilitando a participação presencial. O GT também não disponibilizou links para a participação on-line das organizações.

“O relatório técnico elaborado em 90 dias pelo Grupo de Trabalho apresenta lacunas significativas que comprometem a capacidade de abordar e gerir adequadamente os impactos ambientais e sociais de um projeto de tal magnitude”, diz trecho da nota das organizações.

## QUEM ASSINA A NOTA

O Observatório BR-319, o Observatório do Clima e o GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental são coletivos formados por cerca de 150 organizações da sociedade civil com atuação em diversos temas transversais à pauta socioambiental e que atuam na Amazônia.

O Observatório BR-319 (OBR-319) é formado por 14 organiza-



ções e, desde 2017, atua na área de influência da rodovia BR-319, formada por 13 municípios, 42 Unidades de Conservação (UCs) e 69 Terras Indígenas (TIs), entre os estados do Amazonas e de Rondônia. Esta rede tem o objetivo de produzir informações sobre a rodovia e os processos necessários para a adoção de medidas adequadas à realidade local, para o apoio técnico às populações locais para o manejo sustentável de recursos florestais e pesqueiros, gerando renda, incentivando o fortalecimento da organização sociocultural dessas populações e contribuindo para o desenvolvimento no Interflúvio Madeira-Purus.



Foto: Thiago Parintintin / Rede SulAM

*Kunhavé Juma, representante da Jawara Pina, entrega ao coordenador do GT BR-319, Clóves Benevides, o protocolo de consulta do povo Juma.*

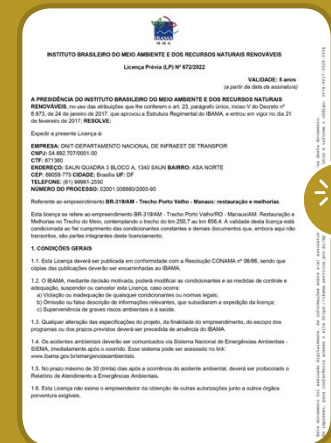
O Observatório do Clima, por sua vez, é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 2002, que tem por finalidade a defesa e promoção da segurança climática e do meio ambiente por meio das suas mais de cem organizações membro. Para tanto, desenvolve uma série de atividades, dentre elas a propositura de ações judiciais. Sua atuação na área é pautada pelo rigor técnico, estudos, produção de dados e interlocução com o Poder Público e sociedade civil, sendo uma das organizações de referência no assunto.

Desde 2012, o GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental tem atuado como rede de entidades da sociedade civil brasileira voltada para a incorporação da justiça socioambiental em políticas, programas e projetos de infraestrutura, especialmente nos setores de transporte e energia, com destaque para a região amazônica. Sua atuação tem se caracterizado pelo enfrentamento de ameaças de obras de alto risco socioambiental e na reparação de danos de projetos existentes como no apoio a iniciativas inovadoras de boas práticas, protagonizadas por comunidades locais, movimentos sociais e seus parceiros, caracterizadas pela integração das dimensões socioculturais, ambientais e econômicas do desenvolvimento sustentável na sua concepção e implementação.

*Texto produzido em colaboração com as organizações que assinam a nota de posicionamento, cujo conteúdo completo, pode ser acessado na biblioteca do site do Observatório BR-319.*



[Leia o relatório completo aqui](#)



[Acesse o conteúdo completo da licença prévia \(LP\) Nº 672/2022 do trecho do meio aqui](#)



# Interior em Foco

# Jovens indígenas de Tapauá criam organização para fortalecer legado ancestral e conservação da Amazônia

Jovens indígenas do município de Tapauá (a 448 quilômetros de Manaus) se uniram para fortalecer e dar continuidade à luta e ao legado de seus antepassados por direitos e pela manutenção da sua cultura.

Para alcançar esses e outros objetivos coletivos, eles criaram a Associação da Juventude Indígena de Tapauá (Ojit), formada por diversos povos do Médio Purus.

O presidente da Ojit, Mário Júnior Batista de Lima, do povo Apurinã, explica que a juventude indígena do município estava desmobilizada e desmotivada, colocando em risco o futuro das lutas encampadas por seus antepassados e isso os incentivou a criar a organização. “Esse foi o motivo, porque percebemos que os nossos antepassados, nossos pais e tios, que estão lutando hoje, daqui um tempo vão parar. Se a gente, que é jovem, que é da juventude, não ‘pegar’ a frente, a gente não vai ter o conhecimento. Então, não vai ter como lutar pelos nossos parentes, pelos nossos povos”, explicou o jovem líder indígena.



Foto: Michael Damitz / Ilesam

*Mário Júnior, do povo Apurinã, é o primeiro presidente da Ojit.*

Segundo ele, o outro motivo é que há associações de jovens em municípios próximos a Tapauá. “A gente entende que a juventude de Tapauá precisa desse incentivo. A gente vê que, hoje, em Canutama, Lábrea e Humaitá (municípios no interior do Amazonas) têm muitos jovens à frente dos movimentos. Percebemos que aqui em Tapauá não tem isso”, acrescentou Mário Júnior.

O jovem líder também se preocupa para que as conquistas alcançadas por gerações anteriores não sejam perdidas. “A ideia é colocar a juventude no centro da associação. Para que eles possam aprender a lutar pela causa indígena de Tapauá, por seus direitos e não ‘deixar morrer’ o que os nossos antepassados conquistaram. Então, seria injusto da nossa parte, da juventude, deixar isso tudo para trás, no esquecimento”, defendeu.

Para Mirilaine da Silva Farias Apurinã, a união dos jovens numa associação garante a formação de lideranças, preparadas para assumir posição de relevância em suas aldeias e comunidades. “A gente embarcou nessa Organização da Juventude Indígena de Tapauá para levantar novos jovens e para desenvolver, junto com as pessoas que têm mais experiência do que a gente, e para formar novos caciques e cacicas nesse movimento”, declarou.

A criação da Ojit acompanha um movimento que vem ganhando força em Tapauá e tem a colaboração do projeto Governança Socioambiental Tapauá, implementado no município pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Ide-sam). O projeto vem fortalecendo as associações representativas de comunidades e aldeias do município.



# Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



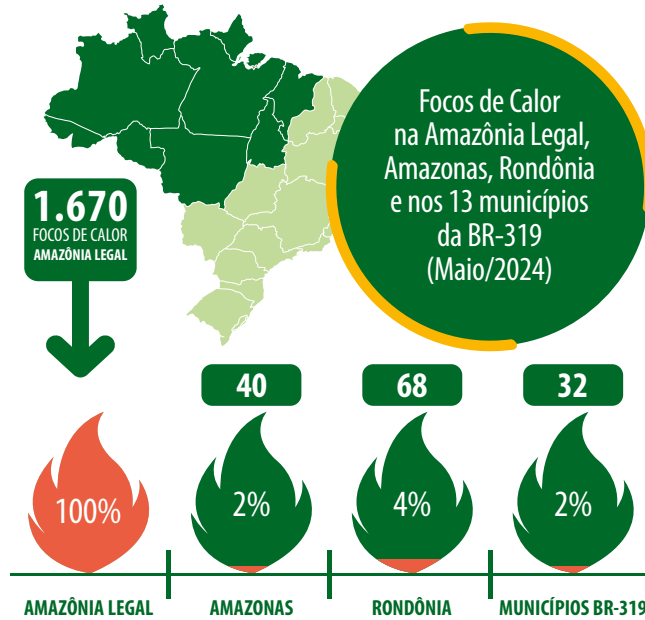
# Monitoramento de Focos de Calor

Em maio de 2024, observou-se uma redução no número de focos de calor na Amazônia Legal em comparação ao mesmo mês de 2023, com uma diminuição de 45,44%. No entanto, no Amazonas e em Rondônia, registrou-se um aumento de aproximadamente 33% e 60%, respectivamente.

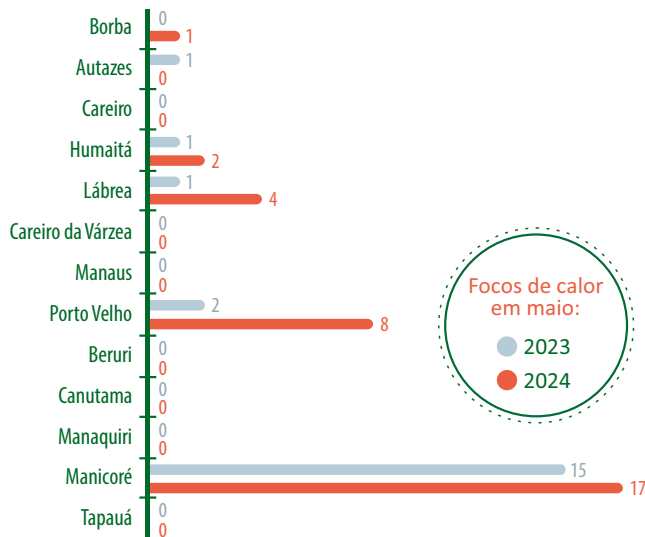
## MUNICÍPIOS DA BR-319

No mês de maio, a maior concentração de focos de calor na área de influência da BR-319 foi no município de Manicoré, com 17 focos. Lábrea e Humaitá, também apresentaram crescimento no número de focos em relação ao mesmo mês de 2023, porém com 04 e 02 focos respectivamente. Vale destacar o forte crescimento do número de focos em Porto Velho, que mesmo em números absolutos baixos, representam aumento em relação a 2023, ano marcado pela fumaça e incêndios florestais na Amazônia.

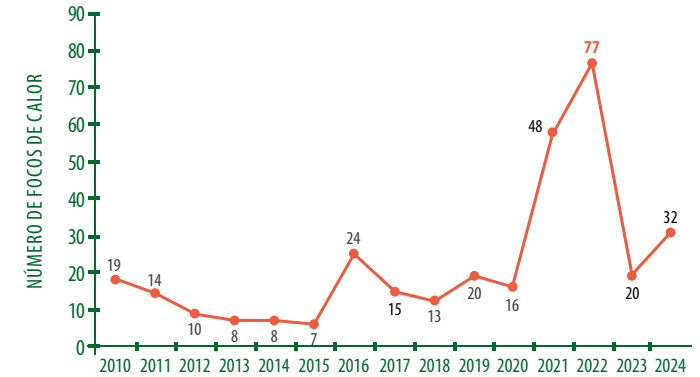
Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Manaus, Canutama, Beruri, Manaquiri e Tapauá, não apresentaram focos, tanto em 2023 quanto em 2024. Já Autazes apresentou queda, zerando o número de focos no mês em questão.



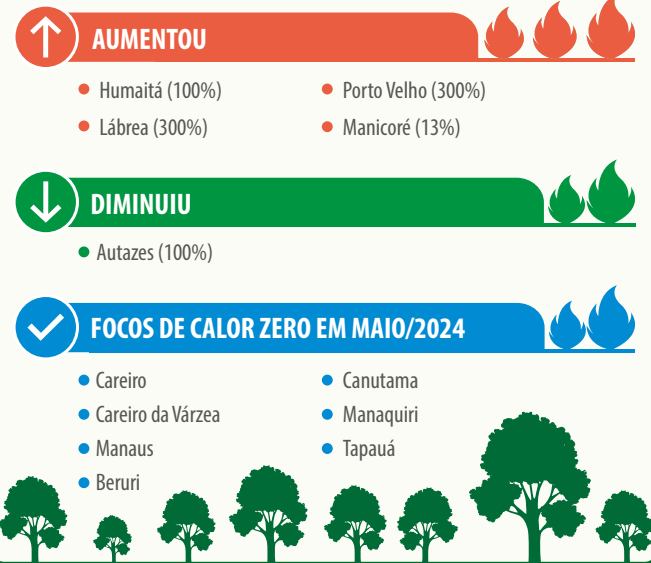
### NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



### FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MAIO (2010 A 2024)



### COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MAIO DE 2023



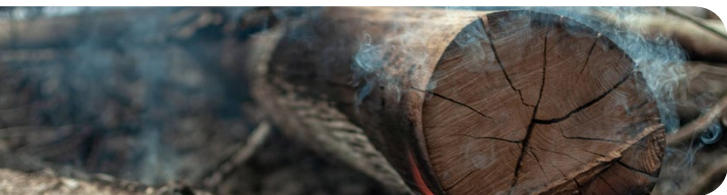


## ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (UCs) apenas 01 das 42 monitoradas apresentaram focos de calor no mês. O Parque Nacional (Parna) dos Campos Amazônicos, registrou 07 focos de calor.

Nas Terras Indígenas (TIs) apenas, 01 das 69 monitoradas apresentou focos de calor no mês, que foi a TI Tenharim Marmelos com 14 focos, mesmo número registrado em maio de 2023.

Saiba mais sobre os dados de [focos de calor no nosso site](#).



1%

**DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR**

1%

**DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR**



LISTA DE TIs MONITORADAS

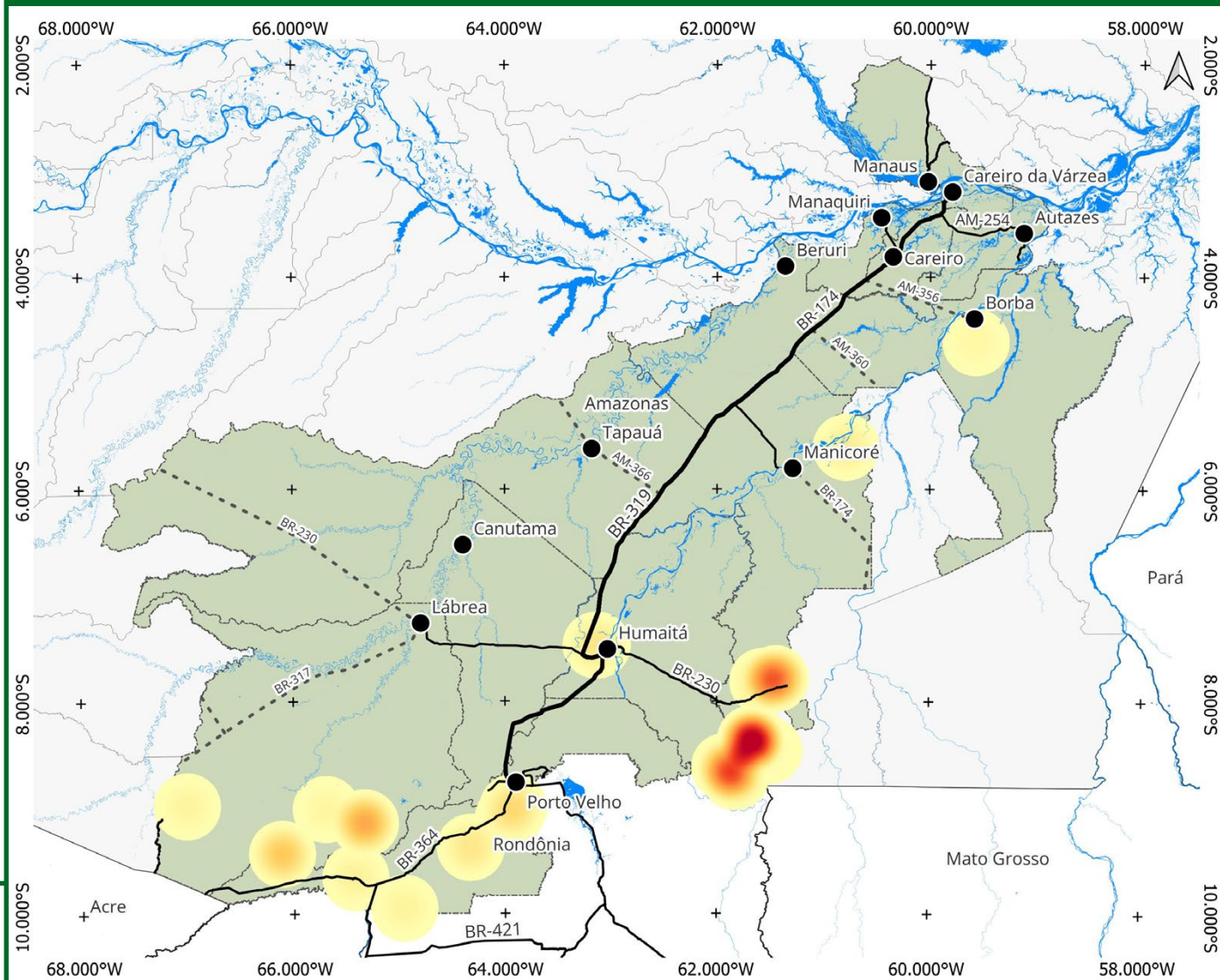


LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Maio 2024





# Monitoramento de Desmatamento

A partir desta edição, o Informativo Observatório BR-319 passa a usar dados do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Saiba mais sobre esta mudança no [nosso site](#).

No mês de maio de 2024 houve redução de 38% no desmatamento na Amazônia Legal em relação ao mesmo mês de 2023. A diminuição foi acompanhada pelos estados do Amazonas, com 20%, e de Rondônia, com 47%. Na área dos 13 municípios sob influência da BR-319 houve registro de diminuição de aproximadamente 3,6% em comparação ao mesmo mês em 2023.

## MUNICÍPIOS DA BR-319

Houve redução no desmatamento em 08 dos 13 municípios na influência da BR-319 em maio de 2024, foram eles: Porto Velho, Careiro, Manauquiri, Careiro da Várzea, Autazes, Borba, Manaus e Tapauá. Vale destacar os municípios de Careiro, Manauquiri, Careiro da Várzea, Autazes e Manaus, que não registraram desmatamento no mês. Por outro lado, outros municípios como Beruri tiveram aumento de aproximadamente 2.000%.



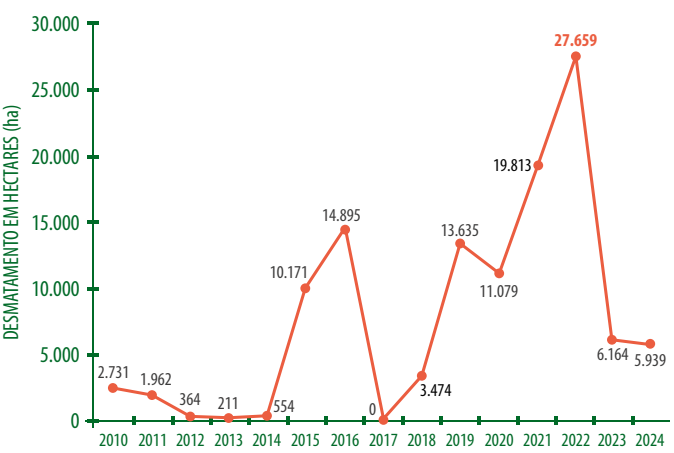
### DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



### COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MAIO DE 2023

- AUMENTOU**
  - Canutama (32,6%)
  - Lábrea (29,6%)
  - Manicoré (62,2%)
  - Humaitá (10,6%)
  - Beruri (2091%)
- DIMINUIU**
  - Porto Velho (21,5%)
  - Careiro (100%)
  - Manauquiri (100%)
  - Careiro da Várzea (100%)
  - Autazes (100%)
  - Borba (89,4%)
  - Manaus (100%)
  - Tapauá (80,2%)
- DESMATAMENTO ZERO EM MAIO/2024**
  - Nenhum município.

### DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MAIO (2010 A 2024)

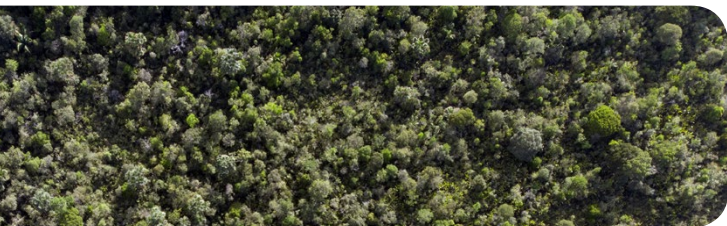




## ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (UCs), o Paque Nacional (Parna) Mapinguari e a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná apresentaram desmatamento totalizando cerca de 113 hectares. Entre as Terras Indígenas (TIs), a Tenharim Marmelos, a Tenharim Marmelos Gleba B e a Zuruahã registraram cerca de 109 ha neste mês de maio.

Saiba mais sobre os dados de [desmatamento no nosso site](#).



**4%** DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

**5%** DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

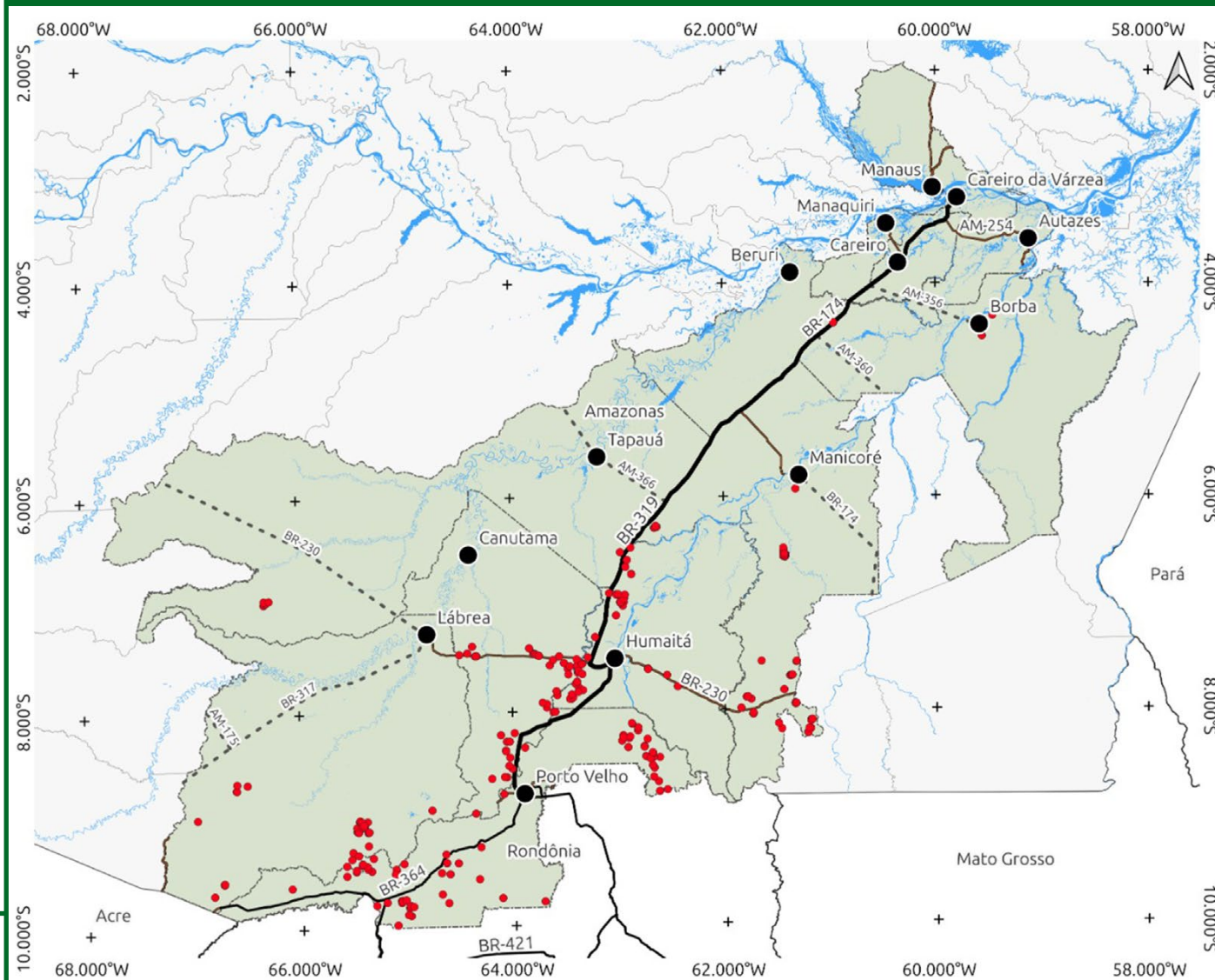
 LISTA DE TIs MONITORADAS

 LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Maio 2024





NESTA EDIÇÃO

# Diálogos da BR-319



# MPF recomenda a anulação do acordo entre Ufam e a empresa Potássio do Brasil por irregularidades em projeto ambiental em Autazes

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) a anulação do termo de cooperação firmado com a empresa Potássio do Brasil para o Projeto Autazes Sustentável.

A recomendação é resultado de investigações de inquérito civil instaurado pelo MPF que apontaram irregularidades no projeto.

O projeto de mineração em Autazes, município da área de influência da BR-319, é uma das inúmeras iniciativas, entre rodovias estaduais, hidrelétricas e outros empreendimentos, no entorno da rodovia federal com potencial para aumentar o desmatamento e as violações de direitos territoriais.

O Autazes Sustentável consiste em uma consultoria para desenvolver o Plano Básico Ambiental do Projeto Potássio Amazonas – Autazes, prevê a colaboração de diversas instituições, incluindo Ufam, Prefeitura de Autazes, Instituto Federal do Ama-



Foto: Reprodução

zonas (Ifam), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas).

Outra preocupação do MPF é com a inclusão de territórios indígenas na área de abrangência do projeto. A Constituição Federal e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) garantem a proteção dessas terras, e qualquer atividade que

possa afetá-las deve ser precedida de consultas prévias, livres e informadas às comunidades indígenas.

“O Autazes Sustentável apresenta diversas inconsistências e potenciais violações aos direitos territoriais dos povos indígenas e à legislação ambiental. A recomendação visa assegurar que a Ufam e outras partes envolvidas cumpram rigorosamente os princípios da prevenção e precaução ambiental, garantindo a proteção das comunidades afetadas e do meio ambiente,” afirmou o procurador da República Igor Jordão Alves, que assina a recomendação.

A ação tem como objeto a suspensão dos efeitos das licenças de instalação concedidas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) à empresa Potássio do Brasil em Autazes (AM).

## LEIA MAIS



- [Leia a Recomendação nº 14/2024 completa](#)
- [Saiba mais sobre o Caso Potássio](#)
- [Texto adaptado do original publicado no site do MPF-AM](#)



# Ciência

# Pesquisadores realizam expedições científicas para estudar os peixes de igarapés da BR-319

Desde setembro de 2022, pesquisadores do Laboratório de Ictiologia e Ordenamento Pesqueiro do Vale do Rio Madeira, vinculado à Universidade Federal do Amazonas, tem realizado expedições científicas para o monitoramento de peixes de igarapés interceptados pela BR-319.

Um dos objetivos é verificar se estão ou não ocorrendo alterações nos ambientes aquáticos e, consequentemente, mudanças na composição de peixes.

O aumento do desmatamento, a ocupação humana e a fragmentação dos ecossistemas aquáticos por conta da construção de pontes e estradas sobre os igarapés da BR-319, ocasionam alterações drásticas nos habitats, ameaçam a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos amazônicos. Esse contexto mostra a necessidade de estudos que avaliem impactos ambientais e possam produzir informações orientadoras de



Foto: Cedida / Liop-Ufam

*Despesca e tomada de dados do monitoramento em igarapés da BR-319.*

políticas de conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais do Interflúvio Madeira-Purus.

Os dados coletados serviram de base para o projeto de dissertação de mestrado da pesquisadora Jeissy Adiene Queiroz Santana. “Foram quase dois meses de campo realizando o levantamento de dados limnológicos e ictiológicos em igarapés que cruzam a BR-319, no Interflúvio Madeira-Purus, com os dados pretendemos investigar os potenciais efeitos de gradientes

ambientais na estrutura das assembleias de peixes, além de fornecer informações que possam subsidiar tomadas de decisões socioambientais responsáveis”, explicou a pesquisadora.

O monitoramento dos peixes de igarapé da BR-319 faz parte do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) Amazônia Ocidental e tem recebido apoio, e financiamento dos projetos PELD-PSAM/CNPq, coordenado por William Magnusson; BACIAS/CNPq e Banzeiro da Educação/CNPq, coordenado por Marcelo Rodrigues dos Anjos.

Este artigo foi escrito e gentilmente cedido para a publicação nesta seção por Jeissy Adiene Queiroz Santana, Mariel Acácio, Igor Hister Lourenço, Matheus Mendes Nina, Hildeberto Ferreira de Macêdo-Filho, William Ernest Magnusson, Adalcir Araújo Feitosa Junior e Marcelo Rodrigues dos Anjos.



Foto: Cedida / Liop-Ufam

*Pesquisadores do Liop identificando as espécies de peixes dos igarapés da BR-319.*



# Minuto BR

## Destaque



A nota de posicionamento do OBR-319, OC e GT Infra **repercutiu na imprensa** em matérias de fôlego. **O Vocativo** ouviu cientistas sobre o assunto; já a **Amazônia Real** trouxe a manifestação de organizações indígenas, como Apiam e Opiam sobre o documento.



Foto: Thiago S. Araújo / IEB



Foto: Ascom / IEB

## Operação



O **governo federal realizou mais uma operação** de desintrusão da TI Karipuna, em Rondônia. A ação começou em 1º de junho e contou com a participação de 210 servidores de 20 órgãos federais, incluindo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que acompanha e orienta a ação para qualificar o atendimento aos indígenas da região.

## Mulheres



Resgatar a ancestralidade e gerar renda, fortalecendo a bioeconomia por meio do artesanato são os **objetivos das atividades promovidas pela Associação de Mulheres Indígenas Artesãs de Tapauá (Amiata)**. Unidas desde 2019 com o intuito de criar a organização que hoje as representa, elas conseguiram dar início à desejada produção de artesanato no município. Com o apoio de editais voltados para o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis, elas estão semeando ações que beneficiam todo o território.



Foto: Robson Costa



NESTA EDIÇÃO

## Expediente

**Coordenação** // Fernanda Meirelles (Idesam)

**Edição, Editoração e Textos** // Izabel Santos (Idesam)

### Monitoramentos

**Focos de Calor e Desmatamento** // Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

**Análises e Textos** // Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

**Levantamento de Dados e Mapas** // Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

**Revisão** // Emanuelle Araújo (Up Comunicação Inteligente)

**Coordenação de Divulgação** // Izabel Santos (Idesam)

**Projeto Gráfico e Diagramação** // Sílvio Sarmiento (SS Design)

[www.observatoriobr319.org.br](http://www.observatoriobr319.org.br)

FINANCIAMENTO:

GORDON AND BETTY  
**MOORE**  
FOUNDATION

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO  
**BR-319**



FAS  
Fundação  
Amazônia  
Sustentável



idesam



IEB  
INSTITUTO INTERNACIONAL  
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL



TRANSPARÊNCIA  
INTERNACIONAL  
Brasil



GREENPEACE

